



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Profa. Mestra Mirian Elza Finocchiaro Penteadro Rocha

Faculdade Sumaré

mirian.rocha@facsumare.com.br



Extensão Universitária: Contribuições para o debate

Mirian Elza Finocchiaro Penteado Rocha

Resumo

Pretendemos aqui resgatar a história da extensão no Brasil, identificando a visão de mundo de cada momento histórico analisado, bem como evidenciar o percurso da Faculdade Sumaré em direção à extensão. São estes os principais objetivos deste artigo, que não pretende esgotar o tema, mas propiciar reflexões sobre as possíveis formas de se estruturar, com responsabilidade social, a extensão universitária no espaço acadêmico, garantindo coerência com a concepção de educação que adota, com os valores que historicamente construiu e sua relação com a sociedade.

Palavras-chave: extensão universitária; história; Faculdade Sumaré; visão de mundo; responsabilidade social.

Introdução

No Brasil, a extensão foi oficializada em 1931, mas alguns autores consideram que experiências extensionistas ocorreram em nosso país muito antes, principalmente na Universidade Livre de São Paulo, criada em 1912. Conforme Bemvenuti (2006):

“A Proclamação da República, além de condensar interesses de vários grupos (republicanos, federalistas, liberais e dissidentes monarquistas) apontava a educação como o canal de redenção nacional. Foi nesse contexto que a abertura das universidades para a sociedade aconteceu concretizada na idéia de uma “universidade popular”. Como lembra Gurgel¹, a Universidade Livre de São Paulo, surgida em 1912, teve a influência forte de Augusto Ribeiro Guimarães, um militante positivista que pregava o ensino livre. Gurgel ainda destaca que já havia experiências de universidades populares no Rio e no Maranhão, mas essa experiência de São Paulo foi a primeira ligada a uma instituição de ensino superior. Por isso se considera a primeira experiência de extensão universitária (Gurgel, 1986) As conferências semanais e gratuitas abertas oferecidas ao público interessado são indicadores claros do distanciamento universidade/sociedade: “O Fogo Sagrado da Idade Média”, “A Latinidade Rumania” ou “A importância e o Progresso da Otorrinolaringologia”.

A análise da literatura referente ao tema permite identificar as características de cada um dos procedimentos extensionistas ocorridos ao longo da história da educação brasileira. A compreensão dessas características revela a relação existente entre universidade e comunidade.

Breve contextualização da extensão universitária no Brasil

No Brasil, a extensão surge oficialmente no Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, com a chegada ao poder dos representantes dos escolanovistas². O então ministro Francisco Campos lançou o “Estatuto da Universidade Brasileira” e nele aparecem as primeiras referências às ações extensionistas, indicando a aproximação entre o ensino superior e a sociedade.

¹ A autora se refere a GURGEL, Mauro. *Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?* São Paulo: Cortez, 1986.

² Movimento de renovação de ensino presente na Europa, América e Brasil na primeira metade do século XX. No Brasil teve destaque após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, que defendia a escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Lourenço Filho e Anísio Teixeira foram importantes representantes do movimento.

“Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público.

Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

§ 1º De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas.”

A leitura do trecho do Estatuto evidencia que a extensão universitária é vista como difusão de conhecimento no formato de cursos oferecidos pela universidade à sociedade que se beneficiava com as atividades propostas. A ausência de referências à indissociabilidade entre o tripé ensino-pesquisa-extensão reafirma o caráter de formação profissional da universidade defendida por Campos. Freire (2006) consideraria essa relação característica do caráter redentor e messiânico, como se a universidade tivesse a missão de levar sua produção cultural para os despreparados sociais, num ato de rejeição à cultura dessa parcela da população. Nogueira (2001) possui interpretação semelhante, considerando a relação entre ensino superior e sociedade como expressão dos ideais e da produção intelectual da elite instalada no poder para garantir a assimilação, por parte dos indivíduos que estavam fora do meio acadêmico, da visão de mundo que aquela lhe passara, portanto, revela, ao mesmo tempo, uma forma manipuladora de extensão e a preocupação em melhorar a situação cultural da comunidade. A criação da USP – Universidade de São Paulo, em 1934, e a da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, no ano seguinte, reforçam essa visão na medida em que tratavam a extensão como espaço de divulgação da produção científica e acadêmica, além de manterem a oferta de cursos isolados e autônomos. Essa divulgação se dava por meio de eventos – palestras, conferências e meios de comunicação como o rádio e o cinema (exibição de documentários, por exemplo).

Na década de 60 do século passado, o artigo 69 da LDB nº 4.024/61 considera a extensão como oferta, pela instituição, de qualquer curso que atendesse à comunidade, inclusive os de especialização ou aperfeiçoamento. No decorrer do governo de João Goulart, de 1961 a 1964, professores e alunos de algumas instituições de ensino superior se aliaram às experiências de educação de base de segmentos religiosos e implantaram uma extensão que, além da difusão de

conhecimento, propunha ações para a transformação social. Cresceram as manifestações estudantis, lideradas pela UNE-União Nacional dos Estudantes, criada em 1937. Foram organizados seminários em diferentes regiões do país (Salvador, Curitiba, Belo Horizonte), exigindo o comprometimento do ensino superior às necessidades das camadas populares urbanas e rurais, tratando a extensão como oferecimento de cursos, mas também como oferta de serviço social e apoio do governo para as ações sociais. As reflexões político-pedagógicas de Paulo Freire embasavam o movimento estudantil contrapondo-se às propostas imperialistas norte-americanas configuradas na Aliança para o Progresso (1961 a 1970), acordo de colaboração econômica que tentava evitar que os países sul-americanos se aproximassem do ideário socialista e, obviamente, da prática revolucionária cubana.

Os governos militares instalados após o golpe de 1964 trataram a extensão de forma assistencialista, aliando-a ao projeto e necessidade, segundo eles, de desenvolvimento da segurança do país. Incorporaram algumas das reivindicações estudantis, mas com releitura diferenciada das propostas originais, na verdade cooptando os estudantes para trabalhos eventuais de assistência às populações carentes de algumas regiões brasileiras, bastante evidenciadas no Projeto Rondon, criado em 1968 pelo Ministério do Interior e Forças Armadas. Segundo Nogueira (2001), não são poucos os que se opõem a esse projeto:

“Criticom-se o caráter esporádico das atividades, sua desarticulação com a instituição Universitária como um todo e a falta de continuidade das ações, entre outros aspectos. O retorno do estudante à academia era quase sempre, problemático, pois, ao conhecer a realidade de regiões e comunidades mais carentes, ele levava para as salas de aula questões muitas vezes desconhecidas dos professores.”

No mesmo ano foi lançada a nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB 5.540/68 que alterou a concepção de extensão, pregando a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, visando a melhorar as condições da vida social. Em 1975, o Ministério da Educação – MEC elabora a Política de Extensão, propondo a troca de saberes entre as instituições de ensino e a comunidade. A partir da década de 80, com a abertura política rumo à redemocratização, algumas instituições públicas do país passaram a discutir, tendo por objetivo o estabelecimento de um espaço de diálogo com o Ministério da Educação, o conceito de extensão e sua efetivação prática. Em 1987, o grupo realizou o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, seguido de vários outros. O I Encontro gerou o Fórum Nacional com discussões que culminaram na conceitualização de extensão e na elaboração de orientações para a ação extensionista. Nesses longos anos de atuação, os avanços foram consideráveis, sendo definido o conceito de extensão, que ainda vigora, como:

“... processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.” (Plano Nacional de Extensão Universitária, edição atualizada, Brasil 2000/2001 – fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC).

Como resultado dos encontros já realizados, foi elaborado o Plano Nacional de Extensão Universitária que instituiu as áreas temáticas Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. As discussões relacionadas à extensão universitária não se esgotaram, ao contrário, ficam, a cada ano, mais desafiadoras, pois as reflexões sobre o fazer acadêmico na prática social, características da chamada “terceira função” da universidade, tentam integrar as outras duas funções, ensino e pesquisa, que, no dizer de alguns, já nasceram desintegradas, evidenciando, portanto, o compromisso social do ensino superior.

A extensão universitária na Faculdade Sumaré: primeiros passos

A Faculdade Sumaré, em maio de 2007, firmou convênio com a Secretaria da Educação do Estado, através da FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) e em maio de 2008, com a Secretaria Municipal de Educação (SME), por meio do DOT (Diretoria de Orientação Técnica), dando início às atividades extensionistas conhecidas como **BEPA** - Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização (rede estadual) e **TOF** – Toda Força ao 1º Ano (rede municipal). Um dos objetivos desses programas é transformar as escolas públicas em verdadeiros *campi* de pesquisa e desenvolvimento profissional para os alunos universitários, futuros docentes, propiciando a integração entre os saberes desenvolvidos nas instituições de ensino superior e as salas de aula de 1ª série, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino da comunidade. Na realidade, é estabelecido um incessante diálogo entre ensino superior e rede pública, com nuances que enriquecem profundamente todos os atores envolvidos.

Os alunos pesquisadores da Faculdade Sumaré, após a aprovação dos Planos de Trabalho exigidos pelos editais de chamamento público, passaram a ser acompanhados presencialmente e

no ambiente Moodle por seus Professores Orientadores. O acompanhamento semanal tem gerado reflexões e ajustes que visam atender às necessidades pedagógicas dos nossos alunos pesquisadores de forma que atuem respeitando as necessidades pedagógicas do aluno da 1ª série.

No primeiro ano de trabalho, a atuação dos alunos pesquisadores foi focada na observação da sala de aula de 1ª série para verificar se o ambiente estimulava a alfabetização, sendo o tema de pesquisa escolhido *A sala de aula como ambiente alfabetizador*. Cada Professor Orientador dividiu suas turmas em grupos de cinco alunos-pesquisadores, como atuavam em escolas diferentes puderam comparar as semelhanças e diferenças existentes nas escolas de várias regiões da cidade e da Grande São Paulo. Para embasar e orientar as observações, foram selecionados textos que auxiliavam a conceituar e a inventariar os portadores de texto e suportes escritos, os tipos de linguagem escrita, a analisar a localização e disponibilidade do material na sala de aula, além da qualidade do material para a criança e o tempo de exposição ao material. Cada grupo de pesquisa escolheu seu próprio caminho – mas todos tiveram como produto final a devolutiva para análise da professora regente e autorização de intervenção para transformar cada uma das salas em um ambiente alfabetizador.

Em 2008, o tema de pesquisa *Rotina de leitura e escrita na sala de aula* teve como objetivo propiciar a reflexão sobre a rotina, entendendo-a não como prática mecânica e improvisada, mas como atividade planejada da organização escolar visando à aprendizagem significativa. A discussão de textos de apoio, a observação das rotinas e a entrega dos relatórios de observação ao Professor Orientador foram etapas iniciais dessa pesquisa. Para a elaboração, cada aluno pesquisador retomou seus relatórios com as observações iniciais e, nos grupos, selecionaram e discutiram características relevantes. Por fim, elaboraram sequências didáticas que contemplassem rotinas de leitura e escrita para duas semanas de aula e que atendessem à diversidade presente nas salas de aula, seguindo critérios estabelecidos pelos seus orientadores. As propostas foram elaboradas visando estabelecer parcerias com os professores regentes, ao sugerir propostas de práticas condizentes com as necessidades das comunidades escolares.

Em 2009, o tema escolhido *Cópia e sua ressignificação* começou com o levantamento das opiniões dos alunos pesquisadores sobre a cópia: se a cópia era importante ou não e por quê, se haviam realizado muitas atividades de cópia ao longo da vida escolar, que tipos de textos eram copiados e se lembravam de sensações vivenciadas durante essas atividades. Num segundo momento, após a discussão do referencial teórico, o universitário passou a observar a sala de aula, registrando a frequência da cópia, os materiais utilizados e a reação dos alunos de 1ª série à atividade proposta, fez entrevistas com o professor regente para que explicasse a importância da cópia, a frequência com que adota essa atividade, as fontes e o processo de escolha dos textos

copiados e a inserção da atividade no planejamento semanal. A entrevista com os alunos de 1ª série teve por objetivo saber se o professor da sala costuma propor atividades de cópia, de onde esses textos são copiados, se gosta de copiar e se concluem a atividade no tempo previsto.

Essas experiências extensionistas além de contemplarem as proposições expressas no Plano Nacional de Extensão Universitária, expressam a concepção que considera o estudante como sujeito da construção de seu próprio conhecimento e não receptor passivo da transmissão de conhecimento e estão afinadas com o pensamento expresso por Paulo Freire (2006):

“O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”.

Referências Bibliográficas

- BEMVENUTI, Vera LS. *Extensão Universitária: momentos históricos de sua institucionalização*. In: **Vivências Revista Eletrônica**, Erechim: v.1; ano 1, nº2;p.8-17; maio de 2006.
- BRASIL. *Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. _____ *Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras*.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação*. 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006
- JEZINE, Edineide Mesquita. *A Crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual*. In: FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na America Latina**. Brasília: Editora UNB, 2001.
- ROCHA, R. M. Gurgel. *A Construção do Conceito de Extensão universitária na America Latina*. In: FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na America Latina**. Brasília: Editora UNB, 2001.